

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o
racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará**

**University for International Integration of the Afro-
Brazilian Lusophony and the integration challenges
towards the racism against African students in Ceará**

Osmaria Rosa Souza¹

Bas'Illele Malomalo²

Submetido em 28 de fevereiro e aprovado em 29 de abril de 2016.

Resumo: A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, em 2008, apresentou-se como um sinal de aproximação efetiva entre o Brasil e a África, porém, os/as estudantes africanos/as têm denunciado o racismo presente nas cidades em que vivem, no Maciço do Baturité. O presente trabalho pretende compreender de que maneira as práticas de racismo, preconceito e discriminação se manifestam e quais são as medidas institucionais que essa universidade vem tomando para combatê-las. O texto está fundamentado na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental. O argumento que se defende aqui é que o racismo à brasileira é um impedimento para a realização da integração internacional e da cooperação solidária entre os povos.

Palavras-chave: UNILAB. Estudantes africanos. Educação. Internacionalização. Racismo. Integração.

Abstract: The creation of the University for International Integration of the Afro-Brazilian Lusophony, in 2008, represented an effective sign of approach between Brazil and Africa, but its African students have been denouncing the racism in the cities where they live in the Baturité Massif (State of Ceará). This paper aims to understand how the practices of racism, prejudice and discrimination are manifested and what are the institutional

measures that the university has taken to tackle them. The text is based on bibliographical and documented research. It advocates that the Brazilian kind of racism is an impediment to the accomplishment of international integration and cooperation among peoples.

Keywords: UNILAB. African Students. Education. Internationalization. Racism. Integration.

Introdução

A criação da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), marcada pela instituição da Comissão de Implementação, em 2008, apresentou-se como um sinal de aproximação efetiva entre o Brasil e a África. Pela lei de sua fundação, suas diretrizes e seu estatuto, a UNILAB é uma universidade pública brasileira, estruturada no princípio da cooperação solidária, e tem por missão a integração de seus membros e seus países de origem, pertencentes à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, de modo especial, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Este texto é resultado de nossas preocupações acadêmicas e políticas, enquanto pesquisadores e ativistas da diáspora africana no Brasil (MALOMALO; FONSECA; BADI, 2015). Dentre outras perguntas que norteiam este trabalho, podemos mencionar estas: a UNILAB tem cumprido com a sua missão de integração dos povos?; quais são os desafios que se colocam na sua política institucional de integração e nas suas políticas de cooperação internacional?

O nosso objetivo é compreender o racismo que afeta os/as estudantes africanos/as, e de que forma a UNILAB tem reagido a essa situação. Com isso, buscamos oferecer condições teóricas e políticas a fim de proporcionar

reflexão crítica à instituição, de tal forma que a movimente no sentido de encontrar soluções adequadas, eficientes e urgentes aos problemas de seus/suas estudantes.

Dentro deste texto, defenderemos que o racismo é um ato de violação de direitos humanos (MALOMALO, 2010, 2014). Além disso, ele é um elemento de impedimento de integração dos/as estudantes africanos/as que moram em Redenção, cidade cearense que sedia a UNILAB.

O texto está fundamentado na pesquisa bibliográfica e documental. Os documentos coletados relacionam-se à lei da fundação, ao estatuto, às diretrizes, a outros dados retirados do portal da UNILAB e às matérias de jornais que falam dessa instituição, a exemplo de discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As fontes bibliográficas usadas são provenientes da literatura especializada sobre as temáticas de ensino superior, da diáspora africana e das relações raciais. Nesse sentido, o trabalho de Osmaria Rosa Souza (2015), além de ser o ponto de partida para a discussão deste texto, fornece os dados secundários para a construção dos argumentos que se propõe desenvolver. Esta autora, na sua investigação, valeu-se de dados primários, coletados no campo por meio de entrevistas individuais e semiestruturadas, feitas com cinco estudantes africanos guineenses, três homens e duas mulheres, e duas assistentes sociais que trabalhavam na Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPÆ).

O que mais interessa aos autores deste trabalho, no momento, é juntar as experiências anteriores de pesquisas para a escrita deste texto que, com certeza, auxiliará outros pesquisadores, profissionais e ativistas que trabalham com os direitos dos/as estudantes e imigrantes africanos/as

no Brasil, especialmente, no Maciço do Baturité (municípios de Acarape e Redenção) no Estado do Ceará.

Nesse sentido é que optamos pela abordagem interdisciplinar na interpretação dos materiais coletados, apoiando-nos em textos provenientes, especialmente, do Serviço Social, Sociologia e Estudos das Relações Raciais.

Dividimos o texto em quatro seções: a primeira contextualiza o surgimento da UNILAB; a segunda, apresenta os números de cursos, de estudantes e de servidores dessa instituição; a terceira, foca a inovação que aconteceu em 2013, com a criação da PROPÆ dentro da estrutura administrativa da UNILAB; e a última, discute a questão do racismo a partir das falas dos/as estudantes africanos/as e dos/as profissionais do Serviço Social da PROPÆ.

Contexto de surgimento da UNILAB

O surgimento da UNILAB obedece à conjunção de fatores internos e externos que acompanharam os dois mandatos do governo Lula (2003-2010). Dentre os internos, podemos citar as demandas formuladas pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro brasileiro. Tais demandas expressaram-se pelas pressões e pelos acordos feitos entre as organizações da sociedade civil e o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) durante as campanhas políticas e durante o exercício dos seus mandatos (GOMES; VIEIRA, 2013). Elas pretendiam que o governo elaborasse um projeto de nação que atendesse às demandas sociais, aos direitos sociais, que a política neoliberal introduzida nos governos anteriores (Collor-FHC) havia negado (BERHING, 2003; BOSCHETTI, 2006).

No campo da Educação, o governo petista respondeu com a implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem assegurado a viabilização da política de interiorização do ensino superior no país. Esse programa tem, como principal objetivo, incentivar o crescimento da educação superior pública no Brasil com ações que promovam a expansão física das universidades, bem como medidas pedagógicas dentro deste nível de rede federal de educação. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país (BRASIL, 2007).

Mas não podemos deixar de tocar nos limites e nas contradições dessa política quanto ao cumprimento da sua missão de universalização e de interiorização do ensino superior. Elisabeth Orletti (2014), em seu texto *A universidade pública brasileira*, entende que as políticas de reestruturação do ensino superior no Brasil tiveram efeitos perversos para as universidades federais. Para essa autora, as políticas neoliberais implantadas desde o governo Collor de Mello, aprofundadas nos últimos governos, não são inspiração exclusiva das burguesias nacionais, mas sim fruto da subordinação dessas ao projeto burguês internacional para os países de capitalismo dependente, que se acentuaram nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Prossegue afirmando que essas reformas desencadearam problemas nas relações e nas condições de trabalho e desvalorizaram, ainda mais, a carreira docente com a perversa expansão implementada pelo REUNI.

Os países centrais do capitalismo, conforme Orletti (2014),

interferem nas políticas educacionais dos países de capitalismo dependente, de tal forma que as políticas de ciência e tecnologia não priorizam pesquisas com tecnologia própria. Essa subordinação, ao que vem de fora, interfere diretamente nos critérios de produção científica brasileira, que vinham sendo privilegiados, até então, numa perspectiva efetiva de desenvolvimento autônomo das pesquisas científicas. Orletti retrata, no texto já referido, de forma crítica, como a inserção dependente do Brasil à expansão capitalista vem redefinindo o papel da universidade brasileira, colocando-a subordinada às demandas do setor produtivo e fazendo-a “crescer para menos”.

As críticas radicais à política de expansão universitária, feitas por Nascimento (2014) e Orletti (2014), além do tema da precarização do trabalho docente, da má qualidade das infraestruturas universitárias, dos ambientes de trabalho de ensino – que afetam a qualidade de vida dos docentes, discentes e técnicos administrativos em Educação –, têm mostrado, também, impactos negativos nos processos de ensino e na política de assistência estudantil.

O diálogo entre o movimento negro e o governo Lula, em 2003, no plano da política interna, resultou na instituição da Lei nº 10.639/03, na fundação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (MATILDE, 2015), e na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010 (MALOMALO, 2014). Malomalo (2010), na sua tese de doutorado, mostrou de que forma aquele diálogo permitiu a elaboração de políticas públicas em educação para negros e brancos pobres. Para o autor, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e a implementação de políticas de cotas sociais e raciais são respostas concretas dadas pelo

governo petista e pelos Conselhos Universitários em relação às demandas da população negra. O REUNI e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), nesse contexto, foram pensados, embora comportem suas limitações e contradições, no sentido de atender às demandas das classes populares.

A política externa do governo Lula caracterizou-se pela abertura para os países do Sul. Isso tinha a ver com a crise política internacional, com a retomada do crescimento da economia mundial e com o lugar que a África veio a ocupar no início do século XXI, a partir do crescimento de suas economias. Neste contexto é que o governo brasileiro construiu uma política externa de cooperação Sul-Sul, na qual os países da América Latina e da África, especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), passaram a ocupar lugar de destaque. O princípio que rege essa nova política externa brasileira é a solidariedade. Por isso, ela é conhecida como cooperação solidária ou diplomacia solidária (VISENTINI, 2013; MALOMALO, 2014).

A aproximação do governo Lula com a África deve ser interpretada na ótica que leva em conta o diálogo com o movimento negro e o crescimento daquele continente no início do século XXI. O que se sabe é que Lula se mostrou sensibilizado com os problemas sociais que afetavam os negros brasileiros e africanos, e, na busca de uma solução institucional, idealizou a UNILAB (MALOMALO, 2014).

Hoje nós temos um estatuto da igualdade racial. Nós temos uma lei que dá mais direito e que recupera a cidadania do povo negro brasileiro. É importante a gente nunca esquecer que nós ficamos 380 anos, sabe, praticando escravidão neste país.

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Acho que nós temos uma dívida enorme com o continente africano, com o povo africano. Uma dívida que a gente nunca vai poder pagar em dinheiro. A gente vai poder pagar, sabe, em solidariedade, em ajuda humanitária, em ajuda ao desenvolvimento, em ajuda no conhecimento científico e tecnológico. O Brasil tem que ajudar o povo da África.

Nós vamos construir uma universidade luso-afro-brasileira na cidade de Redenção, no estado do Ceará, cidade essa que foi a primeira em que houve o movimento pela libertação da escravidão no Brasil. É uma universidade que nós defendemos que ela tenha por volta de dez mil alunos, cinco mil alunos africanos e cinco mil alunos brasileiros. Essa universidade é pra isso. É pra gente formar profissionais. É pra gente fazer uma espécie de pagamento de tributos que nós temos com o continente africano, e ajudar o continente africano³.

O trecho anterior é da entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida à TVNBR durante o seu segundo mandato, no qual relacionou, de forma deliberada, a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial e a Lei nº 12.289 (de 20 de julho de 2010), que instituiu a UNILAB como universidade pública federal. Nós percebemos a consciência histórica que Lula tem dos problemas dos negros brasileiros e africanos (MALOMALO, 2014).

Para a efetivação do projeto da UNILAB, foi instalada uma comissão:

A instalação da Comissão de Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em outubro de 2008, pelo Ministério da Educação (MEC), deu seguimento a esse esforço [de expansão do ensino superior no país]. E a sanção presidencial da Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, que dispõe sobre a criação da

universidade, espelha concretamente essa política [...]. (DIRETRIZES, 2010, p. 5).

A Comissão de Implementação da UNILAB foi instituída pela portaria MEC/ Secretaria de Educação Superior (SESu), nº 712, de 9 de outubro de 2008, prorrogada por 180 dias pela portaria MEC/SESu nº 1.110, de 29 de julho de 2009. Compuseram, essa comissão, membros do governo, da SEPPIR, do MEC, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da sociedade civil, do movimento negro, das universidades públicas e das agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, sancionada por Lula, como já mencionado, institui a fundação da UNILAB.

A UNILAB, nesse sentido, cumpre dupla missão na política do governo Lula: a interiorização e a internacionalização do ensino superior brasileiro. O local escolhido para a implementação da UNILAB foi a cidade de Redenção, no Estado do Ceará, e esta é a justificativa oficial:

No entanto, a instalação da UNILAB na cidade de Redenção, no Ceará, marco nacional por seu pioneirismo na libertação de escravos, não representa apenas o atendimento das metas do REUNI em seu objetivo de promover o desenvolvimento de regiões ainda carentes de instituições de educação superior no país – como é o caso do Maciço do Baturité, onde será instalada. Ela aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida que terá por foco tornar-se um centro de pesquisa e formação de jovens brasileiros em interação com estudantes de países onde também se fala a língua portuguesa. (DIRETRIZES, 2010, p. 10).

A UNILAB deveria, inicialmente, ser instalada em São Francisco

do Conde, ou no Recôncavo Baiano, ou no Maciço de Baturité. O Ceará acabou vencendo com a escolha da cidade de Redenção. Trata-se de decisão política, e os deputados cearenses acabaram vencendo a disputa (GURJÃO, 2014).

A pesquisa historiográfica mostra que é preciso tratar a questão do pioneirismo do Ceará, especificamente o do município de Redenção na libertação dos escravos, com cautela, pois, o que existe é mais uma retórica para fins políticos do que a vontade de uma libertação emancipatória, tanto no passado como no presente. Dito em outras palavras, a abolição dos/as escravizados/as foi usada no passado pelos abolicionistas brancos para seus próprios interesses políticos, econômicos e simbólicos, e não para a integração e a emancipação dos/as negros/as e seus/suas descendentes na sociedade pós-abolição cearense (BEZERRA, 2011; CAXILÉ, 2004; OLIVEIRA, 2010).

Intelectuais e homens políticos têm interpretado a história da escravidão e da abolição no Ceará para servir a seus interesses e manter o *status quo*. Construíram suas próprias representações sobre Iracema, de José de Alencar, a migração dos/as negros/as para outras regiões do país e a abolição para afirmar a não existência de negros/as no Estado. Todavia, acreditamos, ainda, na força simbólica e material da UNILAB para a reconstrução de uma representação “real” e afirmativa sobre a presença negra no passado e no presente, isto é, de negros africanos e brasileiros que começaram a se tornar visíveis pelo seu ingresso na UNILAB. Malomalo (2015) e Gurjão (2014) apontam, em seus trabalhos, que, até o momento da escrita deste texto, a instalação da UNILAB em Redenção tem sido usada com fins de *marketing* político. O caminho de uma cooperação solidária

está ainda em vias de construção.

A UNILAB iniciou suas atividades em 25 de maio de 2011:

A data para início das atividades da Unilab foi inserida em um contexto devidamente pensado: 25 de maio é o Dia da África, data alusiva à fundação da Organização da Unidade Africana (OUA). Além disso, 2011 consagrou-se o Ano Internacional dos Afrodescendentes, pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 18 de dezembro de 2009. (GOMES; AGUIAR, 2013, p. 36).

O primeiro reitor *in tempore* foi Paulo Speller, e a vice-reitora, Maria Elias. Em 2011, a UNILAB contava com 180 estudantes matriculados, sendo 141 brasileiros e 39 estrangeiros, nos cursos de Administração Pública, Agronomia, Enfermagem, Engenharia de Energias e Licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática.

Em 2013, a professora Nilma Lino Gomes assumiu a Reitoria da UNILAB, tendo por vice-reitor o professor Fernando Afonso Júnior. Trata-se de um período histórico, em que a instituição se encontrava em plena expansão, levando-se em conta a entrada de novos alunos, criação de serviços e contratação de servidores.

Construindo a história: cursos, estudantes e servidores da UNILAB

As áreas de conhecimento que o governo brasileiro, em seus diálogos com as autoridades de países parceiros tinha considerado como prioridades, conforme as Diretrizes da UNILAB (2010, p. 15) são estas: a agricultura; a saúde coletiva; a educação básica; a gestão pública, as tecnologias e o desenvolvimento sustentável.

Ao longo do tempo, o projeto inicial dos cursos foi modificado, e a UNILAB passou a contar, em 2015, com essas unidades acadêmicas e

seus respectivos cursos: o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas oferece o curso de Administração Pública nas modalidades presencial e a distância; o Instituto de Desenvolvimento Rural, o curso de Agronomia; o Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, os cursos de Ciências da Natureza e de Matemática; o Instituto de Humanidades e Letras, os cursos de Bacharelado em Humanidades e em Antropologia, e Licenciaturas em Letras, Sociologia, História e Pedagogia; o Instituto de Ciências da Saúde oferece curso de Enfermagem e o Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável, o curso de Engenharia de Energias.

A UNILAB ofertava, no mesmo período, oito cursos de graduação, sendo sete presenciais e um na modalidade a distância; cinco cursos de especialização, sendo dois presenciais e três a distância.

A última consulta, que fizemos através da Assessoria de Comunicação da UNILAB em 2015, forneceu-nos estas informações: a quantidade geral dos estudantes (graduação, pós-graduação, **presencial e a distância**) era de 4.166. Em seus cursos presenciais, a graduação contava com 2.176 estudantes, sendo 1.526 brasileiros, 46 angolanos, 77 cabo-verdianos, 386 guineenses, 18 moçambicanos, 53 são-tomeenses e 53 timorenses. No total, eram 580 estudantes africanos. A pós-graduação presencial tinha 105 estudantes. Os cursos a distância (graduação e pós-graduação) comportavam, respetivamente, 499 e 1.386 estudantes, perfazendo um total de 1.885 estudantes⁴.

A UNILAB tinha, em 2015, conforme os dados oficiais disponibilizados no seu *site*, 283 técnicos administrativos em Educação (TEAs), 173 docentes, sendo 165 efetivos, sete visitantes e um substituto. Do ponto de vista de nacionalidade, existiam 74 brasileiros; onze estrangeiros (Angola: dois; Guiné Bissau: dois; Peru: um; Cabo Verde: um; Congo: um;

Costa Rica: um; Gabão: um; Moçambique: um e Portugal: um)⁵.

Os dados que acabamos de apresentar são interessantes, pois instigam muitas reflexões no momento em que a UNILAB totaliza seus cinco anos de existência em 2015. O primeiro dado que se destaca é que essa universidade é uma comunidade internacional. Vem cumprindo, em termos quantitativos, parcialmente, com seus compromissos de integração e de cooperação internacional. Dito em outras palavras, percebemos o não cumprimento da política de paridade no acesso dos/as estudantes dos países parceiros: a lei determina 50% para os/as estudantes brasileiros/as e 50% para os/as estudantes dos países parceiros (DIRETRIZES, 2010, p. 10)⁶.

Entre os/as servidores/as públicos/as, os TEAs e docentes, há um domínio absoluto de brasileiros/as. Na primeira categoria, não há nenhum TEA dos países parceiros, e na segunda categoria, mais de 90% dos docentes são brasileiros/as. O que temos verificado no cotidiano é que os poucos/as profissionais africanos/as que trabalham na instituição não estão sendo satisfatoriamente aproveitados por todas as gestões administrativas que ocorreram de 2011 a 2015. Se tiver um/a que ocupe um cargo administrativo, encontra-se no segundo escalão (coordenação ou gerência), e não em cargo de comando, por exemplo, administrar uma Pró-Reitoria.

Essa invisibilidade dos/as docentes africanos/as nos espaços de decisão, por exemplo as Pró-Reitorias na UNILAB, e as situações de racismo enfrentadas pelos/as estudantes africanos/as têm comprometido o poder simbólico emancipatório que essa instituição comporta.

Nós, que acompanhamos e trabalhamos na UNILAB, sabemos que a parceria entre os brasileiros e africanos continua a ser ainda uma questão retórica devido

aos condicionamentos institucionais, interesses políticos, financeiros e de uma concepção limitada do desenvolvimento internacional da parte de alguns agentes estatais, governamentais e indivíduos envolvidos na sua realização. O que acaba a comprometer o seu poder democrático, humanista e emancipatório. (MALOMALO, 2014, p. 84).

Como o foco de nossas análises recai sobre o racismo enfrentado pelos/as estudantes africanos/as na cidade de Redenção, e sobre a forma como a UNILAB tem lidado com isso, na seção a seguir trataremos da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE).

Estrutura da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis

Do ponto de vista da administração e da estrutura organizacional, conforme o artigo 16 do seu Estatuto (2013), a UNILAB é uma universidade com estrutura multicampi. O *campus*-sede tem instalações nos municípios do Maciço de Baturité, especialmente em Redenção e Acarape, ficando a Reitoria com endereço em Redenção, no Estado do Ceará.

A UNILAB conta, hoje, com quatro *campi*: o *campus* da Liberdade (Redenção); a Unidade Acadêmica dos Palmares (Acarape); o *campus* das Auroras (Redenção) e o *campus* dos Malês (São Francisco do Conde – Bahia). Este último, iniciou suas atividades em 2014, com cursos de Bacharelado em Humanidades e Letras; sua direção fica em Redenção e as Coordenadorias dos dois cursos, no Estado da Bahia. A nossa pesquisa foi realizada nos dois *campi* do Ceará: o *campus* da Liberdade e o *campus* dos Palmares.

O artigo 20 do Estatuto (2013) apresenta a estrutura da UNILAB, que é composta por órgãos superiores, intermediários e de base, com função

deliberativa, executiva, de controle, de fiscalização e de supervisão, bem como por instâncias consultivas. Além disso, menciona que são órgãos superiores da UNILAB: o Conselho Universitário – CONSUNI (com função deliberativa); a Reitoria (com função executiva) e o Conselho de Curadores, a Auditoria Interna e a Ouvidoria (com funções de controle, fiscalização e supervisão).

Os Conselhos de Unidade Acadêmica (Instituto ou *Campus*) são órgãos intermediários e deliberativos. Outros órgãos deliberativos da Universidade são as Direções de Unidades Acadêmicas (Institutos ou *Campi*), os órgãos suplementares e de apoio.

Constituem os órgãos de base, de caráter deliberativo, os Colegiados do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação; e, de caráter executivo, as Coordenações de Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação e as Secretarias de Atividades Administrativas.

Figura 1: Estrutura da PROPAE

PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS
Pró-Reitor de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis <ul style="list-style-type: none">• Secretária Executiva
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS
Coordenador de Políticas Afirmativas <ul style="list-style-type: none">• Gerente do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAAB)• Gerente do Núcleo de Políticas de Sexualidade e Gênero• Assistente em Administração
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS ESTUDANTIS
Coordenadora de Políticas Estudantis: Assistente Social <ul style="list-style-type: none">• Assistente Social• Assistente Social• Gerente do Núcleo de Informação e Documentação de Assistência ao Estudante (NIDAE)• Gerente do NIAS (Núcleo Interdisciplinar de Atenção às Subjetividades): psicólogo• Psicóloga• Gerente do Núcleo de Acompanhamento Social ao Estudante (NASE)• Assistente Social• Chefe da Seção de Serviço de Seleção, Acompanhamento e Permanência do Estudante• Chefe da Seção de Serviços Operacionais• Consultor do Núcleo de Educação, Esporte e Lazer (NUCEL)• Auxiliar Administrativo• Auxiliar Administrativo

Fonte: Souza (2015)⁷.

Conforme o artigo 33 do Estatuto (2013), a PROPAE é um órgão da

Reitoria. Ela foi instituída, em 2013, na gestão de Nilma Lino Gomes, e se inspirou no modelo da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. De 2011 a 2013, a política estudantil da UNILAB era gerenciada pela Pró-Reitoria da Graduação (PROGRAD). Com o crescimento das demandas estudantis e dando respostas institucionais à política de ações afirmativas, a reitora *in tempore*, Nilma Lino Gomes, criou a PROPAE. A gestão do reitor Tomaz Mota Santos, que iniciou no primeiro semestre de 2015, herdou a estrutura deixada pela equipe da sua antecessora⁸.

Na sua estrutura, o PROPAE passou a contar com um pró-reitor, que é auxiliado diretamente por uma equipe composta por uma Secretaria Executiva e duas Coordenações. A primeira é a Coordenação de Políticas Afirmativas (COPA; em outros documentos COPAF), que coordena dois núcleos: o Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAAB) e o Núcleo de Políticas de Sexualidade e Gênero (NPSG). Cada um destes núcleos é administrado por um gerente que planeja suas atividades para atender às demandas da universidade ligadas à pesquisa, ao ensino e à extensão em suas respectivas competências. Há, também, um assistente, formado em Administração, que auxilia o coordenador da COPA, o gerente do NEAAB e a gerente do NPSG, que são todos docentes da UNILAB.

A Coordenação de Políticas Estudantis (COPE; atualmente COEST) conta com a *expertise* dos/as TEAs formados/as em Serviço Social, Psicologia e outras ciências humanas ou sociais. Na sua estrutura, de 2015, tinha uma coordenadora que é assistente social e que trabalhava com mais três assistentes sociais. Essa Coordenação contava com três núcleos dirigidos por gerentes: Núcleo de Informação e Documentação de Assistência ao Estudante (NIDAE), Núcleo Interdisciplinar de Atenção

às Subjetividades (NIAS), dirigido por um psicólogo e uma psicóloga, e o Núcleo de Acompanhamento Social ao Estudante (NASE), gerenciado por dois profissionais: uma formada em Serviço Social e, o outro, formado em área não identificada.

Existe, também, na COPE, uma Seção de Serviço de Seleção, de Acompanhamento e de Permanência do Estudante, outra Seção de Serviços Operacionais, um consultor do Núcleo de Educação, Esporte e Lazer (NUCEL) e dois auxiliares administrativos que integram esses setores.

No total, identificamos quatro assistentes sociais que trabalhavam, em 2015, na PROPAE, lotados/as na COPE. Além disso, a PROPAE e seus órgãos trabalhavam em parceria com outras Pró-Reitorias. Eram elas: a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) e a Coordenação de Saúde e Bem-Estar (COSBEM), que estava ligada à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) em 2016, e, na atualidade, à PROPAE.

No que tange às modalidades de auxílio, encontramos estes dados:

Auxílio-moradia: Concedido com o objetivo de garantir condições de residência nos municípios-sede dos *campi* da Unilab, cujo grupo familiar resida distante da sede do curso presencial onde o estudante se encontra regularmente matriculado (fora da zona urbana dos municípios dos *campi*), cujo acesso aos *campi* seja dificultado pela ausência de transporte regular, pela distância ou por outros fatores devidamente justificados, com documentação pertinente.

Auxílio-instalação: Concedido com o objetivo de apoiar os estudantes beneficiários do Auxílio-Moradia a proverem condições de fixação de residência nos municípios-sede dos *campi* da Unilab, no que se refere à aquisição de mobília, eletrodomésticos, utensílios domésticos, entre outros.

Auxílio-Transporte: Concedido com o objetivo de

complementar despesas com transporte e de apoiar no deslocamento para a Unilab, assegurando-lhes aos estudantes condições para acesso às atividades universitárias.

Auxílio-Alimentação: Concedido com o objetivo de complementar despesas com alimentação e apoiar a permanência em tempo integral na universidade.

Auxílio-Social: Concedido com o objetivo de apoiar estudantes em situação de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica na permanência em tempo integral na universidade, em que não se aplique a concessão dos auxílios Moradia e Instalação⁹.

Cabe salientar que existe, ainda, outra modalidade de auxílio que não está contemplada no edital: o auxílio-emergencial. Este, segundo as assistentes sociais entrevistadas por Souza (2015), estava em fase de avaliação quanto às normas para concessão, mas ele é concedido em casos emergenciais ligados à saúde, principalmente.

Importante é destacar que a PROPAE nasceu num contexto em que a UNILAB vinha crescendo em termos de número de estudantes, e os problemas enfrentados, especialmente por eles/as, precisavam cada vez mais de respostas institucionais.

Outra novidade, encontrada na gestão da reitora Nilma Lino Gomes, é que a PROPAE foi projetada como uma estrutura administrativa que poderia dar conta dos assuntos atrelados às políticas de gênero e étnico-raciais numa perspectiva de ações afirmativas. O que se presenciou foi a incapacidade institucional em encontrar soluções nos problemas de violências de gênero, de racismo e de homofobia, que ocorreram dentro da universidade e fora dela, antes e durante os períodos desta investigação.

Este trabalho, como dito, foca na questão do racismo na cidade de

Redenção, e busca compreender de que forma a PROPAE, enquanto órgão institucional, tem lidado com esse problema.

Racismo contra os/as estudantes africanos/as

As conversas que temos tido, no nosso convívio, com os/as estudantes africanos/as revelaram as expectativas que tinham do Brasil, e a decepção após chegarem à cidade de Redenção. Osmaria Rosa Souza (2015), como avisamos, registrou suas falas através das entrevistas realizadas com eles/as. “[...] no primeiro dia que eu pisei o pé na porta, eu pensei: poxa vida, é aqui que eu vou ficar pra estudar?”, desabafou Chico¹⁰, um dos entrevistados (SOUZA, 2015, p. 100).

Diego compartilha o mesmo sentimento de decepção:

[...] bom, primeiramente eu digo que é uma grande experiência, um grande desafio, porque eu esperava viver num outro Brasil, não o Brasil de Redenção. Primeiro, ele tá no interior de Ceará, né! Outra coisa, o espaço não é muito apropriado. Assim, para fazer muitas coisas, porque tem falta de várias coisas, porque é uma cidade muito pequena, e que limita as pessoas a não fazer muitas coisas. (SOUZA, 2015, p. 100).

Os dois estudantes falam do descontentamento acerca da região onde estão morando. O que temos presenciado, em Redenção, é a falta de segurança, de saneamento básico, de equipamentos de lazer, de moradias apropriadas. Em suas Diretrizes (2010), a UNILAB é projetada como uma universidade residencial com uma infraestrutura moderna para atender de cinco a dez mil estudantes. Essa projeção não aconteceu devido aos atrasos nas obras. Além disso, o Estado brasileiro, até este momento, não pensou a construção da UNILAB junto com o desenvolvimento da

região do Maciço do Baturité e, especialmente, das cidades de Redenção e Acarape. O que estamos afirmando é que não existe uma política de desenvolvimento regional, territorial, urbano, pensada pelas autoridades governamentais federais, estaduais (governo do Ceará) e municipais (do Maciço do Baturité), no sentido de assegurar os direitos sociais, econômicos e culturais dos/as estudantes da UNILAB e moradores/as dos entornos.

Esses dados confirmam o que os estudiosos vêm chamando de “situação de precarização” criada pelas políticas de expansão universitária no interior do país (ORLETTI, 2014; NASCIMENTO, 2014). No caso da UNILAB, essa situação se agrava pelo fato de combinar a política de interiorização numa região pobre do interior do Ceará com as demandas de jovens, estudantes brasileiros e estrangeiros majoritariamente oriundos de famílias pobres¹¹.

Quanto ao racismo sofrido pelos/as estudantes africanos/as, isso tem a ver, do nosso ponto de vista, com a ausência de uma política institucional de trato com as questões de gêneros e étnico-raciais num país em que o patriarcalismo, a homofobia e o racismo, além de acompanhar as relações cotidianas, fazem parte das instituições sociais (MOORE, 2010; SOUZA, 2014).

Registramos a fala do Diego para ilustrar nossas afirmações:

Em relação às vivências com o povo brasileiro de Redenção, eu digo que, às vezes, é chocante, por causa do preconceito que a gente sofre. A discriminação que a gente sofre é muito chocante. É um desafio novo para mim, porque, no meu país, nunca eu pensava que um dia eu ia passar por isso, onde o ser humano não é respeitado. Você é visto, às vezes, como animal. Então, lá, isso não acontecia, mas aqui é a nova realidade, mas isso também me fortalece no outro lado, porque me faz mais maduro. Saber que o que passava no outro país,

não é a única coisa que eu posso passar por outro lado do mundo. Então me fortalece e me faz mais forte ainda para enfrentar essa vida. (SOUZA, 2015, p. 100).

Diego, em sua fala, aponta a experiência de sofrimento causada pelo preconceito e discriminação racial por ser preto e africano (KALLY, 2001). O racismo aparece quando ele é tratado “como animal”, forasteiro sem direitos de cidadania. Mas, ao mesmo tempo, serve-se dessa negatividade, em confronto com a memória da terra natal, Guiné-Bissau, para criar um mundo de possibilidades de resistência e esperança dentro da experiência de migração (IANNI, 2004).

Outro entrevistado, Júlio, falou-nos que já percebeu os olhares diferentes que são lançados a ele, quando vai até o mercado, por exemplo:

[...] Eu passei por uma coisa um pouco estranha, eu digo preconceito. Fui num mercado uma vez, quando eu cheguei aqui, faz dois meses, fui num mercado, quando fui pra pegar um negócio. Tava lá um rapaz que trabalha naquele mercado. Quando os brasileiros entram, ele não vigia. A gente entrou pra pegar algum material pra casa, eu notei que ele estava vigiando. Não fui somente eu que passei por isso. Alguns colegas passaram. Mas isso, eu acho isso estranho, chegar pra estudar, não chegaste pra roubar. [...] mas também tem pessoas boas, que nem fazem parte disso, eu conheço pessoas boas, brasileiros que eu convivo com eles. É mais ou menos do que eu sei dessa convivência [...] alguns brasileiros me fizeram algumas perguntas um pouco estranhas, porque não sabem. Eu posso dizer que não sabem do que estão fazendo, fizeram perguntas de onde você veio, não tinham conhecimento sobre a África. [...] a África é um continente, não é um país, não, porque eles entendem que a África é um país [...]. (SOUZA, 2015, p. 100).

Júlio, em seu relato, mostrou-nos o racismo explícito que muitos

negros/as brasileiros/as também sofrem quando entram em estabelecimentos comerciais. Como Kally (2001) nos trouxe, o racismo independe de classe social, sendo que o elemento definidor das situações de discriminação é sempre a cor da pele.

[...] obviamente que não são todas as pessoas que são ruins. Tem gente boa aqui, mas aqui, tem muito aquele distanciamento, né! Do outro estrangeiro, acima de tudo, que veio da África, sabe? O povo é muito preconceituoso [...] no primeiro dia que eu pisei o pé na porta, eu pensei: poxa vida, é aqui que eu vou ficar pra estudar? [...] Existe uma esquizofrenia [...] mesmo na hora da procura da casa, você pergunta à mulher, mas você vê aquele olhar, sabe, de estranhamento, sabe? São coisas sutis, mas ninguém é criança, até de não compreender o que passamos, sabe? Se fosse o brasileiro, a pessoa branca, o comportamento iria ser outra coisa, sabe? Não esses olhares de estranhamento, de pessimismo, sabem? Dá para entender isso? Eu digo, se não fosse a faculdade, eu voltaria para o meu país e faria outra coisa. (SOUZA, 2015, p. 100).

A fala mencionada é do Chico. Revela como opera o racismo para com os imigrantes e, especialmente, africanos: por ser africano, guineense, senegalês, de cor de pele escura, logo se vê tratado de forma indiferente (KALLY, 2001). O distanciamento e o estranhamento causam uma situação de não reconhecimento mútuo, que Chico qualifica também de “esquizofrenia”, pois, ações racistas afetam negativamente quem as comete e a sua vítima. Perante os danos causados pelo racismo, que marcam as relações existentes nas universidades públicas e privadas em que estudam os africanos no Brasil, fenômeno já observado por Souza (2014), Vargem e Malomalo (2015), restou a Chico a vontade de regressar para a sua terra natal, pois, pelo menos, lá, ele seria respeitado e valorizado.

Os estudantes africanos têm enfrentado, igualmente, no seu cotidiano, a situação de preconceito, discriminação e racismo em Redenção e fora dela.

O que a gente passou aqui [Redenção] foi aquela situação daquela estátua de negro que tem na praça. E o menino tava passeando com a mãe dele e o pai, e viu a gente e falou: “Tá vendo aquela estátua de preto? Ela é colega de vocês”. Tipo, ela só era colega de nós. E tem outra coisa também, um dia a gente tava na praça e tinha dois rapazes passando na calçada e eles tavam chamando a gente assim, ó, não sei como é que eu posso dizer, assoviando e falando: “macacos, macacos!”, e aí eu falei com minha colega, a gente não tem que responder. Eram meninos, dois rapazes, e se a gente ficasse reclamando, eles podiam fazer qualquer coisa, e aí a gente não falou nada pra eles. No trabalho de campo em Fortaleza, quando nós távamos ali na praça pra entrevistar as pessoas, nos encontramos com uma mulher. E a mulher me disse: “Vocês trazem doença da África pra cá”. E ela tava falando desse jeito com a gente, que a África tá cheia de doenças e a gente fica trazendo doença de lá pra cá, o que a gente tá fazendo aqui? Ela falou muitas coisas assim, foi no trimestre passado. A mídia, quando passa, é essas coisas assim [...]. (SOUZA, 2015, p. 102).

As duas falas são da Mônica, uma das estudantes que já chegou a ouvir xingamentos por parte de brasileiros/as cearenses, em Redenção. Relata que, em duas ocasiões, quando estava na praça, sofreu ofensas raciais: com a sua amiga, foram chamadas de “macacos”; e identificadas à estátua de um negro liberto que fica numa praça pública, na frente da Igreja Matriz. Em Fortaleza, cidade mais estruturada que Redenção, quando a Mônica realizou a pesquisa de campo, e isso durante o período do surgimento do Ebola, em Guiné Conacri, ela, que é da Guiné-Bissau, viu-se injuriada como possível transmissora da doença.

Estes relatos, da Mônica e de seus colegas estudantes africanos, revelam quanto as práticas do racismo à brasileira dialogam na contemporaneidade com a memória da escravidão (BEZERRA, 2011). Não se trata, aqui, de disputa de memórias de negros e brancos dentro de um museu (OLIVEIRA, 2010), mas, sim, de seus corpos em espaços públicos. Comparar uma jovem, estudante africana, com a estátua de um negro liberto e identificá-la com a África como “lugar das doenças” só revela, em primeiro lugar, que os cearenses que discriminavam essas estudantes, Mônica e a colega, sabem o que estão fazendo. Em segundo, que suas ações visam a controlar os corpos dos/as jovens estudantes africanos, ou seja, a negar a eles/as os direitos de circulação, de viver num país diferente e num ambiente saudável e de estudar.

Racismo em Redenção: o ponto de vista das profissionais do Serviço Social

Com a finalidade de entender como as profissionais do Serviço Social, que trabalham na PROPAE, lidam com a questão da discriminação racial sofrida pelos/as estudantes, a pesquisadora Souza (2015) as entrevistou durante o seu trabalho de campo.

Para Antônia, uma das assistentes sociais entrevistadas:

Chegam, sim, esses relatos [de racismo]. Eles chegam de maneira transversal. Muitas vezes, elaboramos um evento para tratar de outro tema da assistência estudantil, aí conversando, batendo papo, essas questões surgem. [...] O ano passado teve uma série de ciclos de encontros, onde todas as nacionalidades estavam presentes. [...] a gente ouvia os relatos. [...] e uma das questões que foram pontuadas foi a inserção deles na cidade e o racismo. [...] e todos eles, de todas

as nacionalidades, relataram a questão do racismo por parte da população local. Desde aquele racismo mais velado de, por exemplo, os moradores não quererem alugar o imóvel, dizer que já está alugado, quando não está, como o racismo de forma mais direta, como eu lembro bem o caso de um estudante que disse que estava na praça com outros colegas estudantes, eles eram angolanos, e lá na cidade de Redenção tem um busto de uma negra em uma das praças principais, e aí chegou esse grupo de pessoas da cidade e começaram a oferecerem bananas para o busto, começaram a chamá-los de macacos e olhar para os estudantes, porque a intenção ali era ferir os estudantes, instigar os estudantes. (SOUZA, 2015, p. 96).

Essa fala denota elementos importantíssimos para pensarmos a respeito de ações que a universidade como um todo, ou seja, todas as Pró-Reitorias, não só a PROPAE, já deveriam ter tomado como estratégias de combate ao racismo. Antônia nos deixou evidente que os assuntos chegam de maneira transversal em “outras” reuniões elaboradas pela Pró-Reitoria, para tratar de “outro” tema da assistência estudantil, o que nos dá a ideia de que trabalhar as questões relacionadas ao racismo que os/as estudantes vêm enfrentando no seu cotidiano também é um tema da assistência estudantil. O que percebemos em campo e em conversas, tanto informais quanto gravadas, é uma timidez na implementação de ações para viabilizar esses eventos.

As demandas chegam de uma maneira indireta e a gente vai captando essas demandas. [...] um professor do Instituto de Humanidades e Letras, sabendo do nosso trabalho, nos convidou a fazer parte de um projeto que ele está submetendo junto ao MEC, que é o de Formação de Agentes Multiplicadores para a Promoção de Direitos e Desenvolvimento Urbano no Maciço do Baturité. Esse projeto tem três eixos, e um desses eixos é o direito às cidades de estudantes negros

residentes no Maciço do Baturité. [...] Ele submeteu o projeto no Ministério da Educação e está esperando ser aprovado. [...] Essa é uma das maneiras de fazer a extensão, porque não tem como fazer um trabalho junto à comunidade se não for através da Pró-Reitoria de Extensão, também. Então, tem que ser um trabalho conjunto. (SOUZA, 2015, p. 97).

Nessa outra fala, mais uma vez, Antônia nos traz que as demandas estão chegando para a Assistência Estudantil de forma indireta, e eles/as vão captando-as. Acreditamos que a assistente social trouxe o verbo “captar” (“e a gente vai captando”) no sentido da escuta, mas não como ação. Falou, na ocasião da entrevista, sobre um projeto que foi construído por um professor do Instituto de Humanidades e Letras (IHL) na busca pela inserção desses/as estudantes no Maciço do Baturité, bem como do convite que os assistentes sociais receberam para trabalharem juntos¹².

Sabemos que essas ações, quando implementadas pela PROPAE, devem estar em conjunto com outras ações das demais Pró-Reitorias da universidade, como é o caso da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), que Antônia menciona na sua fala. A busca por parceiros para a realização de atividades socioeducativas junto à comunidade do Maciço de Baturité é extremamente necessária para a construção dessa ponte que visa à eliminação da discriminação dos/as estudantes africanos/as.

Contudo, essas parcerias não devem ser encontradas unicamente no âmbito da universidade; entendemos que existam outros parceiros nas cidades, como as prefeituras, as escolas e diversas outras entidades inerentes.

Em relação a este ponto, a assistente social Maria nos delata um dado muito inquietante:

Faz seis meses que eu estou aqui, e houve alguns casos que eu ouvi falar. O primeiro contato foi com relação àqueles casos que estava tendo, do Ebola, e a coordenadora da COSBEM nos chamou, na época, para que a gente sugerisse algumas ações para a COSBEM, no sentido de sensibilizar a comunidade acadêmica e a comunidade do território do *campus* em relação ao Ebola para causar uma mobilização educativa, no sentido de fazer a população entender, pois para eles todo estudante africano tinha o Ebola. [...] sofreram mesmo o preconceito explícito [...] **a coordenadora queria mobilizar a comunidade toda, mas não queria fazer alarde e eu não entendo mobilização sem fazer alarde.** [...] ela nos procurou porque já estavam acontecendo casos de estudantes que estavam sofrendo racismo na cidade no momento de irem ao mercado ou fazerem as atividades cotidianas. (SOUZA, 2015, p. 98, grifo da autora).

Nessa fala, Maria diz que ouviu falar de alguns casos, dentre eles a polêmica que existiu em torno do Ebola, pois a população, em seu senso comum, de visão homogeneizada e demonizada da África (MOORE, 2007), não possui entendimento das questões relacionadas às regiões afetadas pela doença, sobre as datas. No contexto dessa visão preconceituosa, lança xingamentos e olhares discriminatórios a todo africano que vê pela frente.

Foi, igualmente, a assistente social Maria que relatou o caso de um estudante que tinha passado por uma situação de discriminação num hospital em Fortaleza.

Outro relato foi de um estudante que estava em Fortaleza fazendo exame. Ele estava pagando o exame numa clínica particular e ele estava com uma gripe comum. Mas a atendente e enfermeira já foi logo dizendo que ele estava com Ebola. O estudante não gostou, e um amigo dele veio aqui na PROPAE nos solicitar uma declaração da época em que eles

chegaram no Brasil para estudarem, onde ficaria claro que o estudante chegou num período que não era o mesmo do Ebola, sendo que ele já estava há um ano no Brasil, e nós tiramos uma cópia desse documento para que ele levasse para o advogado, porque ele queria processar a clínica. (SOUZA, 2015, p. 98).

Aqui temos relatos de discriminação racial que estão ocorrendo com os/as estudantes estrangeiros/as da UNILAB, fato que nos faz questionar sobre a dimensão político-pedagógica da profissão dentro da Assistência Estudantil dessa universidade. O NASE, juntamente com todos os núcleos que integram a PROPAE, não pode e não deve ficar esperando ações e convites de outras Pró-Reitorias para, finalmente, discutir e combater o que eles já vêm percebendo nos relatos dos próprios estudantes.

Inclusive, lembrando a fala de uma das assistentes sociais, “[...] existem também outras ações que devem ser contempladas na questão da assistência estudantil, porque assistência estudantil é uma política, e uma política deve tratar assuntos transversais” (SOUZA, 2015, p. 99).

Destarte, entendendo essa política de assistência estudantil que não trata apenas de auxílios (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2015), mas, também, da garantia de direitos em todas as escalas sociais, na incessante busca pela dignidade humana, resta-nos questionar as ações que ainda não foram tomadas pela PROPAE e pelo NASE como forma de atender a uma demanda que é constante e que tem interpelado, negativamente, a vida dos/as estudantes, consistindo num dos assuntos transversais que foram trazidos por uma das assistentes sociais da PROPAE: “[...] Mas essa questão do racismo ainda é muito forte aqui na região. E dentro da UNILAB, principalmente, parece que ninguém quer falar do assunto [...]”.

(SOUZA, 2015, p. 99).

Maria noticia o que já observamos: ninguém quer falar sobre o racismo enfrentado pelos/as estudantes da UNILAB. Essa falta de tomada de decisão política, isto é, de elaboração de ações de combate ao racismo por parte da universidade como um todo, incluindo a PROPAE, não expõe sua ineficiência, mas contribui para o que já denominamos de *status quo*, só que, dentro da universidade, compactuando com a noção de racismo institucional, conforme afirma Lorena Souza (2014, p. 91, grifo da autora):

Torna-se uma questão delicada e complexa a afirmação da existência do racismo institucional nas universidades receptoras, mas como uma instituição social, a universidade representa o *modus operandi* social que é marcado pelo racismo e por demais discriminações. Nos baseamos nos relatos dos/as estudantes que, mais do que denúncia, demonstram uma percepção própria a respeito do tratamento e das relações que engendram o meio acadêmico. O racismo institucional [...] é um mecanismo de geração de hierarquias por meio de práticas consideradas neutras ou universalistas que controlam os espaços e os serviços oferecidos.

A universidade, ao negligenciar esses relatos dos/as estudantes sobre suas experiências nas cidades do Maciço do Baturité, dá margem para o entendimento da institucionalização desse racismo. Ademais, ao trazer o conceito do racismo institucional, vemos a necessidade de esclarecer que não atribuímos a prática do racismo à referida universidade, bem como à PROPAE e aos profissionais que integram o NASE, mas estamos discutindo a ausência de ações que, quando operacionalizadas no âmbito de toda a universidade, contribuem com esse mecanismo de discriminação que vem excluindo, historicamente, a população negra, tanto os/as afro-brasileiros/

as quanto os/as negros/as africanos/as, do acesso a bens e serviços a que têm direito.

Considerações finais

Ao longo deste texto procuramos apresentar a UNILAB destacando a história da sua fundação que, em muito, tem a ver com as transformações sociais, políticas e econômicas que o Brasil vivenciava na era Lula (2003-2010), especialmente, o seu diálogo político com o movimento negro, e a ascensão econômica da África no cenário mundial no início do século XXI.

A UNILAB é uma universidade pública brasileira que tem por missão a integração do Brasil com os Estados-membros da CPLP, especialmente os africanos; e possui princípios, dentre os quais, a cooperação solidária, a interculturalidade, a valorização da diversidade étnico-racial e de gêneros, e o pluralismo de pensamento.

As falas dos/as estudantes africanos/as e das assistentes sociais que trabalham na PROPAE, coletadas em maio de 2015 pela pesquisadora Osmaria Rosa Souza, revelaram a existência do racismo à brasileira na região onde moram, a cidade de Redenção. Demais, a nossa convivência com os/as estudantes africanos/as tem mostrado que o racismo, a discriminação, o preconceito contra eles/elas estão presentes, também, na UNILAB: em salas de aula, pátio, restaurante universitário, nos atendimentos diferenciados que recebem quando do acesso aos serviços. Muitos/as deles/as têm nos procurado para dar queixa e procurar orientação. Todavia, este não foi o foco do nosso texto.

O trabalho de Souza (2015), que serviu de base a este texto, tem o mérito de documentar, do ponto de vista acadêmico, a existência do racismo

contra os estudantes africanos no Maciço do Baturité e as dificuldades que a instituição tinha para lidar com esse fenômeno até o momento da realização da pesquisa em maio de 2015.

Neste nosso texto, focamos nas dificuldades que a PROPAE tinha no sentido de encontrar soluções institucionais em relação aos atos de racismo. O que sabemos é que a UNILAB, enquanto universidade pública de caráter internacional, não tem, ainda, uma política institucional de trato com as questões multiculturais. Os atos de violência contra as mulheres, no caso, as estudantes, que aconteceram na universidade ou fora dela, os atos de homofobia contra estudantes homoafetivos que, muitas vezes, ocorrem em salas de aula, não tiveram a atenção merecida por parte da gestão superior ou de seus órgãos intermediários. Esses casos só têm vindo à tona porque os/as docentes e discentes ligados/as ao Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidade (NPGS) têm tornado isso público e, ultimamente, exigiram um posicionamento proativo da parte da Reitoria e do Conselho Universitário. Tudo indica, na atualidade, que há uma movimentação para a busca de soluções institucionais.

Da mesma forma, os atos de racismo, preconceito, discriminação e xenofobia contra estudantes africanos/as não encontraram, ainda, mecanismos institucionais de resoluções nem dentro da UNILAB¹³, nem nos órgãos públicos e municipais do Maciço do Baturité. O que temos percebido é a banalização e a invisibilidade que se dá ao racismo que afeta os/as negros/as brasileiros/as, e o agravante é quando esses atos de opressão são elaborados pelo/a opressor/a racista que, além de considerar os/as estudantes africanos/as de negros/as, os/as, os trata igualmente como estrangeiros/as: os/as de fora, os/as sem proteção.

A combinação destes elementos: negros/as (questão racial), estudantes (questão de classe), jovens (questão etária), portanto, inexperientes; guineenses (questão nacional)¹⁴, homem/mulher (questão de gênero), com o racismo à brasileira-cearense contra os/as africanos/as da UNILAB, torna-se perigosa, uma vez que, para o/a racista, o/a outro/a é visto/a sempre como inferior, e como tal deve ser eliminado/a simbólica ou fisicamente (VARGEM; MALOMALO, 2015). Preocupam-nos, por exemplo, as abordagens intimidadoras que os/as estudantes africanos/as têm sofrido da parte da Polícia da cidade de Redenção, com a cumplicidade de moradores/as que a acionam frequentemente, alegando que eles fazem barulho em suas festas.

Tememos, também, que o descuido por parte das autoridades da UNILAB, dos governos federal, estadual, do Ceará, e municipais, do Maciço do Baturité em relação às políticas do desenvolvimento regional e às políticas do multiculturalismo, isto é, de promoção de igualdade racial, leve a situações de assassinato deliberado, como aconteceu com a estudante angolana Zulmira Cardoso Ribeiro¹⁵, em São Paulo, em 2012 e, recentemente, com o estudante cabo-verdiano Paulo Jorge Delgado¹⁶, em 2015, em Fortaleza. Em todos esses casos, o que percebemos é que os assassinatos de africanos/as no Brasil têm ocorrido normal e friamente, pelo simples fato de os assassinos racistas acharem que o corpo de um/a negro/a não vale nada. Ainda mais: quando de um/a africano/a, o/a agressor/a se convence que é um estrangeiro/a, portanto, ninguém virá a sua defesa.

O racismo mina o poder de criação de uma sociedade mais justa, equânime, multicultural e multirracial. O seu descuido, da parte da UNILAB, dificulta o cumprimento da sua missão institucional: a integração dos povos

e de suas nações a partir do princípio da cooperação solidária internacional. Por isso, o nosso apelo para que os problemas levantados sejam tratados com urgência, e numa perspectiva da defesa dos direitos humanos.

Referências

BEHRING, E. R. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo. Cortez, 2003.

BEZERRA, D. A. P. No Ceará Tem Negros e Negras, Sim! *Revista da ABPN*, v. 2, n. 5, jul./out. 2011, p. 75-98. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/149/128>. Acesso em 2 de mar. 2015.

BOSCHETTI, I. *Política Social – fundamentos e história*. São Paulo. Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social, 2006.

BRASIL. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acessado em 10 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). *Estatuto*. 2013 (Mimeografado). Disponível em: <http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/DiretrizesGeraisUNILAB.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2016.

BRASIL. *Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010*. Dispõe sobre a Criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm. Acessado em 10 jan. 2015.

CAXILE, C. R. V. Olhar que Enxerga Além das Efemérides: o Movimento Abolicionista na Província do Ceará. *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20IV/Carlos%20Rafael%20Vieira%20Caxile.pdf>. Acesso em fev. 2015.

DIRETRIZES Gerais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, julho de 2010. Disponível em: http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf. Acesso em: 3 mar. 2016.

GOMES, N. L.; Vieira, S. L. *Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)*. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/viewFile/4178/2866>. Acesso em 10/06/2014.

HELENO, G. B. *A política externa do Governo Lula: A experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)*. (Dissertação de mestrado). Fortaleza: UECE, 2014.

IANNI, Octaviano. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO LULA. *Perspectiva da Unilab é cooperação internacional solidária*. 8 nov. 2012. Disponível em: http://www.institutolula.org/perspectiva-da-unilab-e-cooperacao-internacional-solidaria-diz-reitor/#.UysG9_lDWS0. Acesso em: 9 out. 2013.

KALY, A. P. O. Ser Preto africano no « paraíso terrestre » brasileiro. Um sociólogo senegalês no Brasil. *Lusotopia*, 2001, p. 105-121. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/kaly.pdf>. Acesso em 15 de mai. 2013.

MALOMALO, B. A integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva. In: FREITAS, Raquel Coelho de; MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito (Org.). *Democracia, equidade e cidadania*. Curitiba: CRV, 2014. p. 70-91.

_____. *Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009)*. Araraquara: UNESP, 2010. (Tese de doutorado em Sociologia).

MALOMALO, B.; FONSECA, J. D.; BADI, M. K. (Org.). *Díaspóra africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho*. Curitiba: CRV, 2015, p. 107-128.

MOORE, C. *A África que incomoda: Sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

NASCIMENTO, C. M. do. Assistência estudantil consentida. *Revista Universidade & Sociedade*, Ano XXIII, n. 53, fev. 2014, p. 88-103. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-revista-conteudo.andes?idRev=41&idArt=211>. Acesso em: 20 jun. 2013.

NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, A. C. B. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. Disponível em: <http://www.arcus-ufpe.com/files/artgfonaprace.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2015.

OLIVEIRA, A. A. R. de. Memória em disputa: o negro e a abolição no Museu do Ceará. In: FUNES, Eurípedes at. al. (Org.). *História e Ensino de História*. Fortaleza: Editora da UFC/ Expressão Gráfica e Editora, 2010.

ORLETTI, E. A universidade pública brasileira. *Revista Universidade & Sociedade*, Ano XXIII, n. 53, fev. 2014, p. 60-73. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-revista-conteudo.andes?idRev=41&idArt=211>. Acesso em: 20 jun. 2013.

RIBEIRO, M. *Política de promoção de igualdade racial no Brasil (1986-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SOUZA, Lorena Francisco de. *Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: Estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goianas*. (Tese de doutorado – Departamento de Geografia). São Paulo: FFLCH-USP, 2014.

SOUZA, Osmaria Rosa. *O papel do Serviço Social na política de assistência estudantil da UNILAB: promovendo direitos dos/as estudantes africanos/as*. (Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social). Fortaleza: Faculdade Teológica e Filosófica Ratio, 2015.

VARGEM, A. A; MALOMALO, B. A imigração africana contemporânea para o Brasil: entre a violência e o desrespeito aos direitos humanos. In: MALOMALO, B; FONSECA, J. D; BADI, M. K. (Org.). *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho*. Curitiba: CRV, 2015, p. 107-128.

Notas

- ¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares sobre Violência, Democracia, Controle social e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). mari.pamais@gmail.com
- ² Doutor em Sociologia, docente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), líder do Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de conhecimentos, Sociedade civil, Desenvolvimento e Cidadania global da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e membro do Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil (IDDAB). escolaafricana@gmail.com
- ³ LULA, L. da S. Café com o presidente: Uma universidade para brasileiros e africanos construída no Brasil. Entrevista concedida na TVRNB em 27 de julho de 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QBGkEml-I_s. Acesso em: 7 mar. 2014.
- ⁴ Diretoria de Registro e Controle Acadêmico – DRCA (dados de abril/2015). Disponível em: <http://www.Unilab.edu.br/Unilab-em-numeros/>. Acesso em: 10 mai. 2015. Fizemos questão de guardar os dados de 2015 para não descontextualizar a nossa pesquisa que tem um recorte histórico específico.
- ⁵ Estamos usando as informações fornecidas pela DRCA (abril/2015).
- ⁶ “A fim de concretizar sua proposta, metade dos estudantes será composta por jovens residentes no Brasil; a outra metade será selecionada por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente africanos, e da Região de Macau. [...] Os docentes e pesquisadores serão contratados seguindo a mesma lógica de parceria podendo até metade de seu corpo docente – regular, visitante e bolsistas – ser de origem estrangeira, perfazendo a proposta de integração acadêmica e de cooperação solidária.”. Cf. igualmente a Lei de fundação (BRASIL, 2010, Art. 13, I, II, III e IV).
- ⁷ Adaptação feita pela autora a partir do *site* da UNILAB. Disponível em: <http://www.Unilab.edu.br/equipe-Unilab/>. Acesso em 24/05/2015.
- ⁸ Há mais estruturas administrativas que a gestão atual vem criando, desde abril de 2015, só que não serão abordadas neste texto por não fazer parte do período histórico em foco da nossa investigação.
- ⁹ Programa de Assistência ao Estudante (PAES). Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/auxilios/>. Acessado em 10 jan. 2015. Para mais informações: Programa de Assistência ao Estudante (PAES). Edital 02/2013/PROP AE, assinado em Redenção, 23 de dezembro de 2013. Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/Edital-02_2013_PROP AE-PAES.pdf. Acessado em 18 mar. 2014; Resolução nº 007/2012, de 8 ago. 2012, regulamenta o Programa de Assistência ao Estudante (PAES). Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2012/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-007-2012-Regulamenta-o-Programa-de-Assist%C3%Aancia-ao-Estudante-PAES.pdf>. Acessado em 10 jan. 2015; e Resolução nº 10/2012, de 3 out. 2012, altera e inclui dispositivos à Resolução nº 007/2012 do PAES. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2012/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-010-2012-Ad-Referendum-do-Consumo.pdf>. Acessado em 10 jan. 2015.
- ¹⁰ Mantivemos os nomes fictícios dos/as entrevistados/as conforme o trabalho de Souza (2015) e melhoramos, onde se fez necessário, a pontuação das falas.
- ¹¹ Numa audiência pública, que tivemos com o reitor da UNILAB em abril de 2015,

devido à crise causada pela greve dos estudantes do Bacharelado em Humanidades, ele confessou que 90% dos estudantes contemplados pelo Programa de Assistência do Estudante eram de famílias pobres.

- ¹² Durante a pesquisa de campo de Souza (2015), o referido projeto, “Diálogos Urbanos”, estava em vias de aprovação; temos notícias que ele já foi aprovado, e realizou o primeiro evento em 17 de setembro de 2015, sem mencionar a parceria com a PROPAE: “O evento é uma realização do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Urbanas (GIPU), em parceria com a Coordenação de Arte e Cultura da Pró-Reitoria de Extensão (Proex), Projeto Independências e Associação dos Estudantes Guineenses da Unilab.”. Disponível em: <http://www.Unilab.edu.br/noticias/2015/09/15/o-direito-a-cidade-e-discutido-no-evento-dialogos-urbanos-na-quinta-feira-17/>. Acesso em: 2 out. 2015. Durante a escrita deste texto, o mesmo projeto organizou uma audiência pública com forte apoio institucional, no dia 19 de abril de 2016, cujos objetivos contemplam em parte os problemas enfrentados pelos/as estudantes africanos/as. “Juventude, Direitos e Violências no Maciço do Baturité”. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2016/04/14/audiencia-publica-debatera-juventude-direitos-e-violencias-no-macico-de-baturite/>. Acessado em 19 abr. 2016.
- ¹³ Soubemos que foi criado o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial Kabengele Munanga (NPIR/UNILAB) no âmbito da COPAF/PROPAE/UNILAB em 2015. É preciso salientar que a sua criação é recente e se trata de uma tentativa de dar resposta às questões de racismo que afetam especialmente os africanos. Nesse sentido, é preciso esperar o funcionamento do núcleo para ver de que maneira lidará com os problemas levantados por nós. No seu plano de ação percebem-se esses objetivos: “Desenvolver ações destinadas à promoção e valorização da igualdade étnico-racial e à proteção dos direitos de indivíduos e grupos afetados por atitudes de discriminação e preconceito, e demais formas de intolerância por motivação étnica ou racial.” (NPIR/UNILAB, 2015, p. 1).
- ¹⁴ De fato, a maioria de brasileiros não sabe diferenciar as nacionalidades africanas. Por ser maioria em Redenção, os moradores acham que todos/as os estudantes negros/as, inclusive do Timor-Leste, são guineenses. A situação do Ebola em Guiné Conacri (e não Guiné-Bissau) e a crise política de 2012, veiculadas pela mídia brasileira de forma superficial, têm reforçado o preconceito contra os guineenses.
- ¹⁵ Jovem angolana assassinada em São Paulo. **O estrangeiro**: Brasil, país de imigração (29/05/2012). Disponível em: <http://oestrangeiro.org/2012/05/29/estudante-angolana-assassinada-em-sp/>. Acesso em: 3 out. 2015.
- ¹⁶ Fortaleza: Jovem confessa atropelamento do estudante cabo-verdiano. **SapoNotícias**, 31/07/2015. Disponível em: <http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1448709.html>. Acesso em: 3 out. 2015.